

Possibilidade de expansão

É possível e é necessário que a economia cresça de forma intensa e sustentada. Mas o caminho é cheio de obstáculos que devemos transpor, sendo oportuno ter presente a afirmação otimista de José Maria Alkamin de que o Brasil é maior que o abismo.

Os obstáculos vêm principalmente do Estado, pela incapacidade conjunta do Executivo e do Legislativo, com forte contribuição do Judiciário, de remover as causas profundas e permanentes do desequilíbrio das suas contas. Em discussão ainda estão, neste fim de século, as questões do déficit da Previdência e de uma reforma tributária. Na impossibilidade de uma solução, persistiu a equipe econômica na sua estrita política de estabilidade monetária baseada em elevadíssima taxa de juros e na atração de quase toda a poupança nacional para o erário público, por essa via.

Sobressai em tudo isso a complexidade do processo de redução da taxa de juros, já iniciado, e da indispensável reformulação da dívida interna, sem o que nada será possível em termos de retomada do desenvolvimento econômico.

O Estado não pode absorver parte tão significativa da poupança nacional, como a que vem resultando do lançamento continuado de títulos da dívida pública a juros inadmissíveis.

Do lado positivo contamos com importantes trunfos, a principal pela extensão e diversidade territorial do País e a dimensão econômica dos mercados atuais, com grande potencial de crescimento, que atraem empreendedores externos com visão de longo prazo. Contamos com a iniciativa de muitas das nossas empresas que têm realizado rápida adaptação às novas condições de concorrência decorrentes da abertura comercial, com modernização e aumento de produtividade, na agricultura, nas indústrias e nos serviços. É muito grande o potencial de ações nessa linha, desde que a política econômica deixe

de colocar, como vem fazendo, obstáculos ao progresso material.

Têm surgido iniciativas de caráter local e regional, reunindo pequenas e médias empresas, que demonstram a possibilidade de se abrir por essa via caminhos de acesso de tais empresas aos grandes mercados internos e externos. O reforço a essa linha de ação é importante no caso das empresas exportadoras e de inovação tecnológica, com papel relevante no crescimento econômico.

É importante não menosprezar as iniciativas de empresários que, à revelia dos governos, concorrem para que no Brasil não chegue à recessão. Mas temos de reconhecer que está presente fenômeno inquietante, representado pelo parente abandono da luta por parte de numerosos grandes empresários nacionais que venderam as suas companhias e passaram a atuar no mercado financeiro propiciado pela política de juros e câmbio do governo.

Nesse quadro de oportunidades e dificuldades há que encontrar um caminho segundo o qual possam ser feitas opções eficientes, com estratégia de longo prazo, que assegurem o melhor uso dos limitados recursos internos. Mas ninguém pode pensar em oferecer proposta completa de tal envergadura. Estão presentes muitas propostas, que vão sendo feitas com o intuito de retirar o País do impasse. Surgem até propostas de candidatos à Presidência da República em 2002.

Da parte do governo, a nova estratégia deverá compreender definições macroeconômicas compatíveis entre si, que sendo impositivas para as suas próprias ações, sirvam de provocação e guia para as ações da iniciativa privada. Mas não é só isso que cabe ao governo nesse contexto.

A opção do Brasil por sua inserção na economia mundial re-

sulta em exposição a pressões externas, econômicas, financeiras e ambientalistas, em cujos domínios o governo não pode ficar ausente. Abandonar o fechamento em que vivíamos não significa que nos devamos submeter, sem discutir, a todas as políticas dos países ricos ou aos organismos internacionais. A nossa exposição ao que acontece no mundo torna-se cada vez mais crítica, face à espantosa velocidade das transformações que vão ocorrendo, principalmente tecnológicas.

Reexaminar a nossa própria situação, reavaliar os trunfos de que dispomos, identificar as ações indispensáveis de política econômica e financeira, enfrentar

a questão de uma reforma administrativa modernizante do governo para fazer face a esse mundo novo, são requisitos prévios para a formulação de uma estrat-

A inserção do País na economia mundial resulta em exposição a pressões

tégia de longo prazo. Nela deverão ser definidos critérios rígidos e austeros, de maximização do retorno dos investimentos, tanto em termos de prazo de maturação como de aumento de produção e de emprego. Ela terá de definir, com igual firmeza, embora por diferentes critérios, as ações no campo social que contribuam para vencer obstáculos à ascensão social dos mais pobres.

O País dispõe de significativo número de pessoas experientes e dedicadas à causa pública, que têm o que dizer sobre a possibilidade de um programa de ação desse tipo. O difícil, porém exequível, se houver um esforço do presidente da República nesse sentido, é reunir essas pessoas em um ambiente suprapartidário e suprainstitucional e de coração aberto, colocando a visão de longo prazo acima da disputa pela Presidência nas próximas eleições, na convicção de que se trata de elaborar algo que fará a diferença de entrar mal ou bem no novo século.